

ANC 88
 Pasta 11 a 19
 Jan/87
 077

POLÍTICA

ANC

P 6.

CONSTITUINTE

**Vinte anos depois,
 o relator da Constituição de 67
 diz o que pensa.**

"Precisamos de uma Constituição objetiva, enxuta e fiel à realidade brasileira para ser duradoura", afirmou ontem o deputado Konder Reis (PDS-SC) que como senador da Arena em 1967 foi relator da Constituição daquele ano.

Na sua visão a nova Carta deve ser equilibrada. "Ela não deve se derramar sobre assuntos que podem e devem ser objeto de leis complementares e leis ordinárias. As leis complementares à Constituição devem ser acionadas sempre que for necessário.

A Constituição deve estabelecer princípios e regras substantivas sobre matérias de grande importância sobre salvaguarda, que são aqueles mecanismos que permitem o cumprimento e a vigência das normas constitucionais. Como exemplo, citou mandado de segurança, o habeas corpus, a ação popular e o Artigo 45, relativo ao controle pelo Congresso, dos atos do Poder Executivo."

"A nova Constituição deve ser fiel à realidade brasileira para atender aos anseios e às aspira-



Konder Reis, o relator de 67.

ções do povo", afirma ainda Konder Reis. E esclarece preocupações:

"Estou preocupado com o que nós vamos fazer por se tratar de elaboração de lei do porte de uma Constituição e sobre como o fazer.

A emenda constitucional 25 disse o que fazer, com muita clareza, e deu algumas regras de como o fazer. O projeto será votado em dois turnos por maioria absoluta. Mas tem muitas outras coisas, relativas com o como fazer, a serem definidas."

Para o ex-governador de Santa Catarina, "a futura Constituição deve mudar a disposição de matérias. Precisa começar com a declaração de direitos, depois com a organização nacional, ordem social e econômica, embora haja tendência de desdobrar esses dois títulos. No que toca à declaração de direitos, deve ser aperfeiçoada no sentido de sua atualização o que foi feito em 1967, de acordo com a emenda Afonso Arinos, subscrita em primeiro lugar pelo senador Eurico Rezende. Naquela época, desprezamos o projeto do Poder Executivo e aprovamos essa emenda. Foi a grande discussão de 1967".

Distribuição

Konder Reis nutre também preocupação com a organização nacional. Para ele "tem de haver

distribuição mais equânime das rendas públicas. No que diz respeito ao sistema de governo, outra preocupação me assalta. Não sou pelo presidencialismo ortodoxo nem pelo parlamentarismo ortodoxo. Sou de opinião de que devemos perseguir um sistema híbrido que guarde fidelidade à realidade brasileira. Na ordem econômico-social, acho que se há de instaurar um esquema de princípios e regras substantivas que assegurem justiça social, dando ênfase a mecanismos de elevação do nível de civilização do povo brasileiro. O principal mecanismo é, sem dúvida, o educacional, mas existem outros como a organização comunitária e a implantação de serviços de saúde eficientes. Muitos povos elevaram seu nível de civilização através do sofrimento, fator cruel que não nos serve. Temos de buscar fatores que podem ser sintetizados numa palavra, como educação que é o exercício do exemplo e assim por diante, saúde porque o médico, quando atende a um paciente, está dando o seu exemplo".

Ulysses, hoje, disputa um só cargo.

Ulysses Guimarães, por ora, só está disputando um cargo — o de presidente da Câmara, em nova eleição, e em outra legislatura. Como presidente da Câmara, ele continuará como o substituto eventual de Sarney. A presidente da Assembleia Nacional Constituinte Ulysses Guimarães é candidato único, sem concorrente. É o nome de consenso suprapartidário.

O deputado paulista é o presidente nacional do PMDB desde 1971, no tempo do extinto MDB. Tem sido reeleito sucessivamente e somente na primeira vez teve concorrente — o então senador Josaphat Marinho, candidato do "grupo autêntico". Seu atual mandato partidário terminará em abril de 1988.

Presidindo a Câmara e a Constituinte, possivelmente ele pedirá licença da presidência do PMDB. Será substituído pelo 1º vice-presidente — a ser eleito. Os atuais 1º e 2º vices do PMDB terão que renun-

ciar, por imperativo legal — os governadores eleitos Pedro Simon (RS) e Miguel Arraes (PE). A legislação proíbe que titulares de cargos executivos na administração exerçam funções de direção partidária.

Como presidente da Câmara, Ulysses não recebe qualquer subsídio extra. Tem direito, porém, a residência oficial (que não é luxuosa), na Península dos ministros, e carro oficial. A mordomia não é exagerada: desde que a Câmara passou a oferecer residência oficial ao seu presidente, em 1971, Ulysses é o que menos faz recepções. Em quase dois anos no cargo ele só ofereceu uma única vez almoço a seis jornalistas, no final do ano passado. Não são comuns almoços e jantares na residência oficial. Ulysses frequenta muito a residência ao lado, do ministro da ciência e Tecnologia, Renato Archer.

Como presidente do PMDB ele

não dispõe de funcionários específicos. As três funcionárias e um contínuo que o atendem no partido são do quadro permanente da Câmara, lotados na liderança do PMDB. Não há qualquer tipo de remuneração para dirigentes partidários no País. A lei não permite. Como vice-presidente eventual, substituindo Sarney, Ulysses não muda de residência e nem indica qualquer assessor. Utiliza as estruturas da Casa Civil e da Casa Militar, além do cargo oficial de presidente da Câmara. Não sobe nem desce a rampa, "que é privilégio do titular", segundo ele.

Subsídios

Os subsídios de Ulysses Guimarães são os mesmos de qualquer parlamentar valendo-se das mesmas cotas de telegramas, cartas e telefones embora como membro da Mesa o limite seja maior. Além do gabinete cedido pela liderança, ele usa o oficial, de presidente da

Câmara e, raramente, utiliza-se do seu gabinete de deputado federal.

O gabinete é um pouco maior que os demais, em uma deferência a ex-presidentes. Nesta legislatura ocuparam gabinetes idênticos os ex-presidentes Flávio Marçílio e Nelson Marchezan e, ainda, Magalhães Pinto, ex-presidente do Senado. O de Ulysses localiza-se no 5º andar do Anexo IV. Ali ele promove as poucas reuniões da Comissão Executiva Nacional. Ele tem direito a esse gabinete especial por ter sido presidente da Câmara, ainda no Rio, em 1956/57.

Ele já foi chamado de Senhor Diretas, de Condestável da Nova República e, pelo embaixador francês, de "Père de La Patrie". Deseja, agora, ser chamado de "Pai da Constituinte". No PMDB poucos contestam seu direito de disputar novo mandato de presidente da Câmara. Ninguém cotesta a sua escolha a presidente da Constituinte.

Flamarion Mossri